

6

7

8

16

17

22

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH

Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal – CPCOE

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL – CPCOE

1 Às nove horas do terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no SCS,

2 Quadra 06, Bloco A, Lotes 13/14, 2º Andar, Sala de Reuniões da Secretaria de Gestão do

3 Território e Habitação - Segeth, foi aberta a Vigésima Reunião Extraordinária da Comissão

4 Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal – CPCOE, pelo

5 Membro Suplente - Segeth, Francisco José Antunes Ferreira, contando com a presença dos

membros representantes do Poder Público, com direito a voz e voto, e da Sociedade Civil com

direito somente a voz, relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos

constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos trabalhos, 1.2

9 Informes do Coordenador substituto, 1.3 Verificação do quorum, 1.4 Continuação - Discussão

sobre a Minuta do Código de Edificações - COE; 2. Assuntos Gerais; 3. Encerramento. Item

1. Ordem do Dia: Subitem 1.1 Abertura dos trabalhos: O Membro Suplente, Francisco José

12 Antunes Ferreira (Subsecretário de Informação, Normatização e Controle - SINC da

13 SEGETH) verificou o *quorum*, saudou a todos, e deu por aberta a 20ª Reunião Extraordinária

da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal -

15 CPCOE, em substituição ao Secretário de Estado da Segeth, Thiago Teixeira de Andrade, que

se ausentou no início da reunião para cumprir outra agenda de trabalho. 1.2 Informes do

Coordenador: Francisco José Antunes Ferreira informou que: i) A Audiência Pública que

tratará do Código de Edificações será realizada no dia 05 de outubro de 2015; ii) As atas

19 pendentes de apresentação serão disponibilizadas em momento oportuno para assinatura e

20 posterior incorporação ao processo de Audiência Pública. Em seguida apresentou o Subitem

21 <u>1.4 Continuação - Discussão sobre a Minuta do Código de Edificações - COE.</u> Foram

descritos nesta ata os itens tratados na presente Sessão, conforme segue: 1) Capítulo III - Do

23 Licenciamento de Obras e Edificações e Demolições, Seção I - Disposições Gerais: Art. 23

Nos casos de ausência de normas urbanísticas específicas para edificações existentes e

25 declaradas de interesse público, pode ser concedido licenciamento, por convalidação,

se Di

do licenciamento, p

0

H

Governo do Distrito Federal



26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH

20ª Reunião Extraordinária da CPCOE - 03/09/2015

mediante o seguinte rito: I – Emissão de relatório circunstanciado dos parâmetros edilícios pelo órgão de planejamento e gestão urbana; II – Análise e deliberação pelo CONPLAN; III – Autorização para emissão de licença para execução de obras por ato do chefe do Poder Executivo do Distrito Federal. Aprovado. 2) Seção II - Da Análise e Habilitação de Projeto Arquitetônico: Art. 27. Estão dispensadas da fase de análise e habilitação de projeto arquitetônico as obras: I - De modificação sem acréscimo de área, desde que não haja alteração do uso original; II - Em áreas de gestão autônoma. § 1º Para os casos citados neste artigo, é necessária a emissão da licença para execução de obra. § 2º. O disposto no caput deste artigo não dispensa a aprovação de estudos de segurança contra incêndio e pânico em conformidade com as normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal -CBMDF. Aprovado. 3) Seção VII - Da Anulação: Art. 64. O Poder Executivo deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, considerando o princípio da segurança jurídica, nos termos desta Lei. Aprovado. Art. 65. A anulação dos atos administrativos de que trata esta seção somente deve ocorrer quando comprovada a participação fraudulenta do interessado para a obtenção, de forma ilegal, em qualquer etapa do processo de licenciamento de obras e edificações. Aprovado. Art. 66. Na hipótese de dúvidas fundadas em relação à ilegalidade dos atos administrativos já expedidos, será instalado. Aprovado. 4) Seção VII - Da Anulação: Art. 68. A licença para execução de obra deve ser anulada administrativamente em caso de: I - comprovada incompatibilidade entre o que foi licenciado e a legislação vigente à época da aprovação; II – comprovada a falsidade da declaração relativa ao cumprimento de parâmetros urbanísticos. Parágrafo único. A anulação de que trata o caput deve ser precedida de processo administrativo em que seja assegurado ao interessado o contraditório e a ampla defesa, inclusive com instância recursal. Aprovado. 2) Capítulo VIII - Das Taxas e Do Preco Público: Art. 148. Ficam criadas as seguintes taxas para o licenciamento de obras e edificações: I - Taxa de análise e habilitação de projeto arquitetônico a ser cobrada nos seguintes valores: A) até 200 m² - R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); B) para cada metro quadrado que exceder 200 m², deve ser acrescido R\$ 0,70 (setenta centavos) por m²; C) para as habitações unifamiliares localizadas nas ARIS ou que sejam oriundos de programas habitacionais de interesse social - R\$ 0,50 (cinquenta

A

programas nabitat

7 2001

1

1



55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH

20ª Reunião Extraordinária da CPCOE - 03/09/2015

centavos) por m². II – Taxa de alvará de construção ou de licença específica: A) Até 200 m² – R\$ 120,00 (cento e vinte reais); B) Para cada metro quadrado que exceder 200 m², deve ser acrescido R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por m²; C) Para projetos de modificação sem acréscimo de área - R\$ 120,00 (cento e vinte reais); D) Para as habitações unifamiliares localizadas nas ARIS ou sejam oriundos de programas habitacionais de interesse social - R\$ 0,30 (trinta centavos) por m². III - Taxa de certificado de conclusão: A) Até 200 m² - R\$ 120,00 (cento e vinte reais); B) Para cada metro quadrado que exceder 200 m², deve ser acrescido R\$ 0,30 (trinta centavos) por m²; C) Para projetos de modificação sem acréscimo de área - R\$ 120,00 (cento e vinte reais); D) Para as habitações unifamiliares localizadas nas ARIS ou sejam oriundos de programas habitacionais de interesse social - R\$ 0,30 (trinta centavos) por m². IV - Taxa de demarcação, de alinhamento ou de nivelamento (cota de soleira) de lote: A) Lote até 200 m² - R\$ 300,00 (trezentos reais); B) Acima de 200 m², deve ser acrescido R\$ 0,20 (vinte centavos) por m² que exceder; C) Para as habitações unifamiliares localizadas nas ARIS ou sejam oriundos de programas habitacionais de interesse social - R\$ 0,50 (trinta centavos) por m². V) - Taxa de retificação de licença para execução de obra, alvará de construção, licença específica e certificado de conclusão. A) Lote até 200m² - R\$ 50,00; B) Lote acima de 200m², deve ser acrescido R\$ 0,10 (dez centavos) por m² que exceder. § 1°) Em caso de modificação com acréscimo de área deve ser cobrada a respectiva taxa apenas sobre a área acrescida. § 2°) Não serão cobradas as taxas previstas neste artigo para o primeiro licenciamento de obras e edificações das habitações unifamiliares localizadas nas ARIS ou que sejam oriundos de programas habitacionais de interesse social. Item 2. Assuntos Gerais: Foi informado que será constituída, durante a Audiência Pública, uma comissão para consolidar as contribuições vindas daquele evento. Item 3. Encerramento: Por não haver tempo hábil, a Vigésima Reunião Extraordinária da CPCOE foi encerrada pelo Coordenador Substituto Luiz Otavio Alves Rodrigues, que agradeceu a todos pelos trabalhos desempenhados durante todas as reuniões da CPCOE, para tratar do Código de Edificações.

H

THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE

Coordenador

2



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH

20ª Reunião Extraordinária da CPCOE - 03/09/2015

LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES
Suplente - SEGETH

ANDRÉ BELLO Titular – SEGETH

JULIANA MACHADO COELHO Titular – SEGETH FRANCISCO JOSÉ ANTUNES
FERREIRA
Suplente – SEGETH

ANDRÉ LUIS GASQUES SILVA Titular – SEGETH JOÃO EDUARDO MARTINS DANTAS

Suplente – SEGETH

LUIZ FERNANDO FERREIRA MAGALHÃES

Suplente – CASA CIVIL

ÉRIKA GRACIELLA MOREIRA LUZ Suplente – SEGAD

BRUNA MARIA PERES PINHEIRO DA SILVA

Titular - AGEFIS

GISELE ARROBAS MANCINI Titular – AGEFIS

PEDRO ROBERTO DA SILVA NETO

Suplente - ADEMI/DF

DURVAL MONIZ BARRETO DE

ARAGÃO JÚNIOR

Titular – CAU/DF

LEONARDO MUNDIM

Titular - OAB/DF

CÉLIO DA COSTA MELIS JÚNIOR

Titular - IAB/DF

